



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei Nº 457/2023

Processo Número: **7887/2023** | Data do Protocolo: 03/04/2023 18:27:49

Autoria: **Professora Bebel**

Coautoria:

Ementa: “Institui “Programa de Combate à Violência nas Escolas Públicas do Estado de São Paulo”



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 370031003000320036003A004300, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Projeto de Lei

"Institui "Programa de Combate à Violência nas Escolas Públicas do Estado de São Paulo"

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º Fica criado, a partir da presente lei, o Programa de Combate à Violência nas Escolas Públicas no Estado de São Paulo.

Artigo 2º- O programa de que trata a presente lei parte do princípio de que a violência em ambiente escolar decorre da combinação de uma série de fatores que precisam ser compreendidos e sanados, e que não se combate a violência com violência, mas sim com políticas públicas adequadas.

Artigo 3º- Fica reconhecido que a existência dos fatores enumerados no presente artigo são elementos fundamentais para a existência da violência em ambiente escolar, sem prejuízo de outros que podem ser apontados nos termos de que cuida essa lei:

- projeto arquitetônico das escolas;
- baixa remuneração dos servidores públicos que trabalham nas escolas;
- ausência de política pública que dê conta de harmonizar as relações sociais e profissionais dos integrantes das comunidades escolares;
- ausência de servidores públicos que laborem na mitigação de conflitos entre os componentes da comunidade escolar;
- ausência de política de saúde pública e de treinamento de servidores que trabalhem no ambiente escolar, para o combate à prática de bullying naquele ambiente;
- ausência de política de saúde pública que vise o atendimento de membros da comunidade escolar naquilo que pertine à sua saúde mental;
- ausência de campanhas de esclarecimento do Governo do Estado de São Paulo sobre programas educacionais elaborados sem qualquer embasamento científico, como os denominados "Escola Sem Partido", "Homescooling", "Escolas Cívicas Militares", que, além de tudo o que representam, são responsáveis pela disseminação da cultura de ódio dentro do ambiente escolar;
- ausência de reposição de servidores públicos nas escolas que deixam o ambiente escolar por aposentadoria, morte ou pedidos de exoneração ou dispensa;
- ausência de policiamento preventivo no entorno das escolas;
- ausência de policiamento investigativo, que seja capaz de prevenir ações violentas no interior e no entorno do ambiente escolar;
- ausência de política de fortalecimento dos conselhos escolares como mecanismo de observação e de ação dos motivos que podem levar a violência para o interior do ambiente escolar;





- implementação de projetos pedagógicos excludentes nas escolas públicas estaduais, especialmente o PEI-Programa de Ensino Integral, que acaba por reduzir drasticamente o número de vagas nas escolas públicas paulistas;
- número elevado de alunos em cada sala de aula.

Artigo 4º- Os conselhos de Escola se reunirão ordinariamente ao menos uma vez por mês para debater e deliberar sobre os pontos de que trata o artigo anterior, e apontar outros que entendam importantes para a comunidade escolas de suas escolas.

Artigo 5º- Fica criado, no âmbito de cada diretoria de ensino, o Conselho Regional de Educação, que será integrado por ao menos um membro indicado pelos conselhos de escola das escolas jurisdicionadas às diretorias de ensino, para que, no âmbito daquelas, debatam e deliberem sobre a violência nas escolas.

Parágrafo único- Os conselhos regionais de educação se reunirão ordinariamente ao menos uma vez a cada trimestre, e consolidarão, no seu âmbito de atuação, os debates e deliberações dos conselhos de escola de sua região de atuação.

Artigo 6º- Fica criado o Fórum Estadual de Combate à Violência Escolar, junto à Secretária de Educação do Estado de São Paulo, que terá como objetivo formular políticas públicas de combate à violência nas escolas paulistas.

§ 1º- O fórum de que cuida o caput será paritário, de modo que exista paridade de membros indicados pelo Governo do Estado de São Paulo e a sociedade civil, e será composto, no mínimo, pelos seguintes segmentos:

- Secretário de Educação do Estado de São Paulo, que o presidirá;
- Deputados Estaduais indicados pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;
- Membros do Conselho Estadual de Educação;
- Membros do Ministério Público, preferencialmente do GEDUC (Grupo de Atuação Especial de Educação);
- Membros indicados pelos órgãos de classe dos psicólogos e assistentes sociais;
- Membros indicados pelos pais de alunos;
- Membros indicados pelas entidades representativas dos estudantes das escolas públicas de educação básica;
- Membros indicados pelas entidades de classe dos servidores públicos que trabalham nas escolas públicas paulistas.
- Membros indicados pelas entidades representativas dos engenheiros e arquitetos do Estado de São Paulo

§ 2º- O fórum de que cuida o caput se reunirá ordinariamente ao menos uma vez por semestre para debater e deliberar sobre o tema de que trata a presente lei, e funcionará por meio de regimento que será por ele fixado.

Artigo 7º- Independentemente das deliberações de que tratam os artigos anteriores, o Governo do Estado de São Paulo, em até 120 dias da publicação da presente lei:





- Apresentará estudo sobre o atual estado arquitetônico das escolas públicas de sua rede, e as melhorias que necessitam ser feitas, de modo que o ambiente escolar se torne adequado às atividades que se destinam, seguro e propício a uma boa convivência, bem como plano detalhado de implantação dessas melhorias;
- Apresentará plano de melhoria da remuneração dos servidores públicos que trabalham nas escolas, observando para isso, no entanto, o necessário reajuste geral anual para os servidores, com respeito à data base, a o pagamento de vencimentos básicos nunca inferiores ao valor do Piso Salarial Profissional docente para os servidores que fazem jus a esse direito;
- Reavivará o projeto de mediação escolar;
- Alocará nas escolas Professores Mediadores, Psicólogos e Assistentes Sociais;
- Apresentará plano de política de saúde pública e de treinamento de servidores que trabalhem no ambiente escolar, para o combate à prática de bullying e outros componentes comportamentais que possam ser geradores de baixa autoestima, traumas e qualquer outro fator que possa lesionar a saúde mental dos membros das comunidades escolares;
- Implementará espaços de debates e esclarecimentos sobre programas educacionais elaborados sem qualquer embasamento científico, como os denominados “Escola Sem Partido”, “Ensino Domiciliar”, “Escolas Cívicas Militares”, que, além de tudo o que representam, são responsáveis pela disseminação da cultura de ódio dentro do ambiente escolar;
- Apresentará levantamento do número de cargos vagos nas escolas, e plano de reposição desses servidores, com previsão da existência de concurso público para tanto;
- Implementará policiamento preventivo no entorno das escolas;
- Implementará de policiamento investigativo, que seja capaz de prevenir ações violentas no interior e no entorno do ambiente escolar;
- Fortalecerá os conselhos escolares como mecanismo de observação e de ação dos motivos que podem levar a violência para o interior do ambiente escolar;
- Apresentará levantamento que demonstre o número de vagas perdidas pelas escolas estaduais em virtude da implantação de projetos pedagógicos excludentes nas escolas públicas estaduais, especialmente o PEI-Programa de Ensino Integral;
- Limitará o número de alunos matriculados em cada sala de aula a 25, até que esse seja adequadamente fixado pelas instâncias de que trata essa lei, sendo certo que o número a ser fixado nunca poderá ser maior do que o número de alunos que consta no presente inciso.

Artigo 8º- A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo acompanhará e fiscalizará, através da Comissão de Educação e Cultura, o cumprimento da presente lei, informando ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Ministério Público do Estado de São Paulo sobre seu descumprimento.

Artigo 9º- O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de até 180 dias de sua publicação





Artigo 10- As despesas decorrentes com a presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 11- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Apresento o presente projeto de lei visando implementar no Estado de São Paulo política que de conta de, efetivamente, prevenir e combater a violência no interior de nossas escolas.

Entre dezenas de casos ocorridos ao longo dos anos, podemos citar aquele ocorrido no município de Taiuva, em 2003, onde um aluno que era vítima de bullying na escola entrou naquele ambiente armado e atirou em muitas pessoas, felizmente não matando ninguém, mas tornando uma pessoa paraplégica. Houve o caso recente da escola em Suzano, em 2019, que resultou em 8 vítimas fatais e muitos feridos, e o mais recente de todos, o da Escola na Vila Sônia, aqui na capital do Estado, no dia 27 de março de 2023.

Pesquisa da APEOESP, por meio do Instituto Locomotiva, demonstra que os casos vem se avolumando e que há nessa questão o impacto da pandemia, resultando no crescimento de relatos de casos de ansiedade, esgotamento emocional e outras consequências.

Não se pode empurrar o problema para debaixo do tapete, há que se enfrentar a questão, não com violência ou com medidas que tornem o espaço escolar ainda menos propício, mas sim com o reconhecimento de que há ausência de políticas públicas adequadas para tanto, e com o reconhecimento de que esse é um problema que deve ser debatido com a sociedade, e cuja solução não pode se esperar de apenas uma pessoa ou apenas de um grupo de pessoas que tenha visão monolítica para o assunto.

A questão é séria e demanda solução igualmente séria, mas calcada em estudos sérios e em envolvimento social

Há necessidade social de aprovação deste projeto, e por isso é que peço aos nobres pares o seu apoio.

Sala das Sessões em

Professora Bebel - PT



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 360037003800350034003A005000

Assinado eletronicamente por **Professora Bebel** em 03/04/2023 17:37

Checksum: **1BDC4DEE059449CF55C06EA0AF31AF2639C4D599596D777B1B636AD63D0EFD88**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 360037003800350034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.